

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 351.700.584 euros e um total de capital próprio de 223.273.833 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 726.592 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.**, em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ENFASE

A Certificação Legal das Contas que emitimos em 17 de setembro de 2021, relativa às Demonstrações Financeiras de 2020, à semelhança do que sucedeu relativamente as que foram por nós emitidas relativamente aos exercícios de 2016 a 2019, incluía uma opinião com uma reserva, decorrente de a Entidade não reconhecer no seu ativo intangível o valor dos investimentos já efetuados pela Concessionária LISCONT, no âmbito da concessão do Terminal de Contentores de Alcântara, fundamentando a Entidade este procedimento pelo facto de ainda não se encontrar definida a data de término da concessão e, conseqüentemente o período de amortização dos investimentos que perdurariam para além deste término.



Entretanto, e conforme referido na parte final do ponto 4 da nota 36 das notas às demonstrações financeiras, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 117/2021 de 16 de dezembro, nesse mesmo dia foi assinado entre a Entidade e a Liscont o novo Aditamento ao Contrato de Concessão do Terminal de Contentores de Alcântara, fixando o respetivo término em 2038.

Decorrente desta formalização, as demonstrações financeiras de 2021 já refletem, no seu ativo intangível, o valor dos investimentos já efetuados pela Concessionária, cujo período de vida útil económica se estima que se prolongue para além de 2038, no montante de 31.176.414 euros, bem como a correspondente contrapartida em Diferimentos Passivos (Rendimentos a Reconhecer), à semelhança do procedimento adotado com os investimentos realizados pelas demais concessionárias, deixando assim de se verificar as circunstâncias que nos levaram a modificar a opinião nos anos anteriores.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
<p>Provisões para processos judiciais</p> <p>A rubrica de Provisões ascende no final de 2021 a 3.634.444 euros, conforme divulgado na nota 15 e complementado nos pontos 5c) e 5d) da nota 36, ambas das Notas às Demonstrações Financeiras.</p> <p>Consideramos que o elevado número de litígios em que a Entidade é parte interveniente, bem como a expressão financeira dos montantes reclamados, e o consequente risco associado ao impacto potencial dos respetivos desfechos nas demonstrações financeiras, justifica uma análise e apreciação destas matérias com maior relevância.</p> <p>Atendendo igualmente ao elevado nível de estimativas e de juízos de valor que a quantificação destas responsabilidades potenciais envolve, considera-se assim este tema como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>De forma a mitigar os riscos de distorção material ao nível da rubrica de Provisões, foi desenvolvida uma metodologia ajustada de auditoria, baseada na compreensão dos procedimentos implementados e mantidos pela Entidade e no desenvolvimento de um conjunto de procedimentos substantivos de auditoria, de que se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Obtenção de informação junto dos advogados externos da Entidade, bem como do departamento jurídico, sobre os litígios em curso e possíveis desfechos;▪ Análise e apreciação da adequação dos montantes de provisões registadas, face à expectativa de desfecho das ações conhecidas, com base na informação obtida.▪ Avaliação da adequação e suficiência das divulgações efetuadas sobre esta matéria.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
<p>Reconhecimento do rédito associado às atividades relevantes desenvolvidas pela Entidade</p> <p>No âmbito das competências atribuídas à Entidade, o rédito reconhecido em 2021, no montante de 36.194.325 euros, conforme detalhado na Nota 22 das Notas às Demonstrações Financeiras, decorreu, essencialmente, dos rendimentos provenientes das Concessões (44%), de Regulamento de tarifas (20%) e de Usos dominiais (19%).</p> <p>Atendendo às especificidades dos diversos contratos de concessão e do conseqüente impacto do respetivo clausulado na periodização económica do rédito, considera-se este tema como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>De forma a mitigar os riscos de distorção material ao nível do reconhecimento do rédito das atividades relevantes desenvolvidas pela Entidade foi desenvolvida uma metodologia baseada na compreensão dos controlos e procedimentos implementados e mantidos pela Entidade e no desenvolvimento de um conjunto de procedimentos substantivos de auditoria, de que se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Validação da informação constante nos mapas de apuramento do rédito anual das concessões, com as condições definidas contratualmente; ▪ Recálculo do rédito associado às concessões, validando, numa base de amostragem, o montante de rédito reconhecido em conformidade com os critérios adotados; ▪ Análise da razoabilidade do reconhecimento do rédito em cumprimento do princípio da periodização económica; ▪ Avaliação da adequação e suficiência das divulgações efetuadas sobre esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) Nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- fomos nomeados Revisor Oficial de Contas da Entidade pela primeira vez em 17 de janeiro de 2018, através de Deliberação Social Unânime por Escrito, para certificar os documentos de prestação de contas dos exercícios de 2016, 2017 e 2018. Posteriormente, foram celebrados aditamentos ao contrato inicial, de forma a contemplar também a certificação legal das contas de 2019, 2020 e 2021.
- o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria, mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Entidade nesta mesma data.
- declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

Lisboa, 6 de julho de 2022

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)